



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
AV AMAZONAS 266, - Bairro Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30180-000  
Telefone: - http://www.inss.gov.br

### TERMO DE CONTRATO Nº 28/2023

Processo nº 35014.161715/2023-68

#### TERMO DE CONTRATO 28/2023 , QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, ATRAVÉS DE SUA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II EM BELO HORIZONTE/MG E A EMPRESA OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Economia, por força do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, por intermédio da Superintendência Regional Sudeste II, com sede na Avenida Amazonas, 266, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 29.979.036/1159-83, neste ato representada pelo Chefe Substituto Coordenação de Gestão Orçamento, Finanças e Logística, da Superintendência Regional Sudeste II, Sr. LEONARDO DE PÁDUA GOMES, CPF nº [REDAZIDO], portador da Cédula de Identidade RG nº MG 3.614.657, expedida pelo SSP - MG, designado pela Portaria PRES/INSS nº 599, de 05/04/2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) Edição nº 66, Seção 2, Página 54, em 06/04/2022, no uso da competência subdelegada pela Portaria Nº 1.435/SR-II/INSS, de 06 de abril de 2022 e com base nas competências atribuídas pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria MDS nº 414 de 28 de setembro de 2017, publicada no DOU nº 188 de 29 de setembro de 2017, e, doravante designada **CONTRATANTE**, e a empresa **OI S.A. - Em Recuperação Judicial** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, sediada na Rua Lavradio, 71, 2º andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominada simplesmente como **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor SÉRGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, brasileiro, portador da identidade nº 4377235, expedida pelo SSP-PE, inscrito no CPF nº [REDAZIDO] e FREDERICO RODRIGUES MOREIRA, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº 12398545-9, expedida pelo DETRAN, inscrito pelo CPF/MF nº [REDAZIDO] e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, **RESOLVEM** celebrar o presente CONTRATO, decorrente do Pregão nº 05/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de telefonia fixa comutada local (STFC-Local), longa distância nacional (STFC-LDN) e internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas a partir de troncos digitais E1 (TDM) instalados em unidades do INSS, vinculada à Superintendência Regional Sudeste II, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO 2			
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM	Valor Mensal estimado
4	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de troncos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)	R\$ 10.300,20
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)	
5	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de troncos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)	R\$ 5.800,95
		Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)	
6	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de troncos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)	R\$ 2.101,90
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)	
<b>TOTAL/GLOBAL (Grupo 2)/Contrato 2</b>			<b>Mensal</b> R\$ 18.203,05

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 20/06/2023 e encerramento em 20/06/2024, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;



- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.1.7. Os serviços tenham sido prestados regularmente.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ 218.436,60 (duzentos e dezoito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta centavos).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:  
Gestão/Unidade: Superintendência Regional Sudeste II, Fonte: 1049000235, NE 558119 2023, Programa de Trabalho: 226275 Elemento de Despesa: 339039PI: TFONIA1
- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

- 6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### 8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital e na proposta da contratada.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
  - 12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
  - 12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
  - 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 12.4.3. Indenizações e multas.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES



13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Subseção Judiciária de Belo Horizonte, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelos contraentes e por duas testemunhas.

Belo Horizonte, 20 de junho de 2023

\_\_\_\_\_  
LEONARDO DE PÁDUA GOMES

COORDENADOR DA COFL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II- SUBSTITUTO

CPF Nº [REDACTED]

\_\_\_\_\_  
SERGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA

CPF Nº [REDACTED]

\_\_\_\_\_  
FREDERICO RODRIGUES MOREIRA

CPF Nº [REDACTED]

RESPONSÁVEIS LEGAIS DA CONTRATADA

Testemunhas

Nome: Marcela Zanotelli Benfica

CPF: [REDACTED]

Nome: Célio Silva de Amorim

CPF: [REDACTED]





Documento assinado eletronicamente por **Frederico Rodrigues Moreira, Usuário Externo**, em 20/06/2023, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CELIO SILVA DE AMORIM, Analista do Seguro Social**, em 20/06/2023, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Augusto Ferreira Da Silva, Usuário Externo**, em 20/06/2023, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DE PADUA GOMES, Coordenador(a) de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística Substituto(a)**, em 20/06/2023, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA ZANOTELLI BENFICA, Técnico do Seguro Social**, em 20/06/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO ALBERTO BOMTEMPO, Técnico do Seguro Social**, em 27/06/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **12071292** e o código CRC **BCC420B4**.

